

CONSTRUÇÃO DA NOVA DEMOCRACIA AMBIENTAL: Democracia sem Fim

Prof. Dr. Cláudio Antonio Di Mauro
Instituto de Geografia (IG)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Ao longo do tempo, as premissas da neutralidade das ciências fizeram com que uma parte significativa dos pesquisadores e professores se apartassem da sociedade. Predominaram as pesquisas puras, de base, **que reconhecidas em suas elevadas importâncias**, se constituíram no refúgio daqueles que estavam de acordo com os fatos históricos que assolavam a humanidade, ou de outros, que desejavam ficar isentos, não se envolvendo com os assuntos dramáticos e perigosos. Muitos pesquisadores enveredam pelo caminho quantitativo, utilizando-se da matemática, procurando se convencer, e aos outros, do argumentando *que os números são frios e não mentem, e que as técnicas devem prevalecer nas pesquisas*¹. Apesar da importância dos dados quantitativos e do correto desenvolvimento e emprego das técnicas, as pesquisas nas ciências sociais tinham essa característica para evitar a exposição ideológica.

Ressalte-se que alguns pesquisadores e professores envolvidos nesses processos eram bem intencionados, contudo, no geral, havia uma atitude deliberada de fugir à responsabilidade das análises e interpretações dos fatos sociais e políticos que conduziam e repercutiam na produção dos tempos e dos espaços. É salutar e necessária a explicitação dessas contradições e conflitos. Todos devemos saber que não ficamos impunes à história. A maneira de proceder adotada em determinados momentos de nossas vidas, ou seja, a construção do presente é responsável pela história individual e coletiva que será diagnosticada e interpretada no futuro. Estamos vivendo no presente o reflexo do passado e adotando as opções que constroem os caminhos do futuro. Ninguém está ou ficará impune. Assim, neste momento de vida da humanidade, cabe aos educadores formais e informais, a responsabilidade de auxiliar nossas comunidades a conhecerem suas realidades e alcançarem as condições necessárias para que

¹ Esta consideração em nada desmerece a importância das informações quantitativas. Pretende apenas chamar a atenção de que os números não são frios e sua utilização não guarda características de neutralidade. O Pesquisador e quem observa e analisa dados quantitativos terá uma história que serviu para construir suas concepções filosóficas e portanto, a forma de conviver na realidade vigente. Em outras palavras, na pesquisa tecnológica e na ciência não há neutralidade.

possam lutar por uma melhoria nas suas formas de viver. Um novo pacto deve ser “*gestado*”, um pacto em favor da vida.

O MUNDO DESIGUAL É SUSTENTÁVEL ? O discurso do desenvolvimento sustentável nos chama para uma discussão sobre a **sociedade sustentável (RODRIGUES,1998)**. Como antecedente e preparação para esse debate, contudo, há que se tratar dos mais visíveis e gritantes componentes das relações sociais e dos conflitos da sociedade com os demais componentes da natureza, ou seja, a desigualdade social e o modelo que a mantém.

O caráter concentrador da riqueza mundial atingiu números de extrema polarização. Nesse início de milênio, as vendas totais das 200 principais empresas transnacionais são 25% maiores do que a somatória das atividades econômicas de todos os países do mundo juntos. o mesmo perfil pode ser tratado quanto às características do consumo mundial, a medida em que 20% da população mundial, concentrada nos países ricos e nas áreas ricas dos países é responsável por cerca de 86% do consumo privado e os 20% mais pobre ficam com 1,3% dessas despesas de consumo. Vejamos que “*...o quinto mais rico da população consome 45% de toda a carne e peixe (o quinto mais pobre, 5%), 58% da energia total (o quinto mais pobre, menos de 4%), tem 74% de todas as linhas telefônicas (o quinto mais pobre, 1,5%), consome 84% de todo o papel (o quinto mais pobre, 1,1%), possui 87% da frota de veículos a nível mundial, o quinto mais pobre 1%.*” (FELDMANN, 2003).

Se nessas condições de desigualdade social o consumo mundial está 20% acima da capacidade de suporte do planeta, então podemos considerar essa forma de viver, esse modelo são insustentáveis. Vale dizer que não poderemos propor que a maneira como vivem as populações mais ricas seja o objetivo do trabalho geográfico, e portanto de cidadania para a construção da justiça social. A persistir o vigente modelo de globalização que pretende impor formas de viver que aspiram o consumo, fetichizando as mercadorias e o mercado, impondo uma cultura com desejos criados para se perpetuar, estaremos sendo conduzidos para o caos da Terra. Mas, também analisando os dados verificamos que há setores sociais para os quais não podemos propor a redução do consumo, tendo em vista que lhes é impedido o acesso até mesmo ao indispensável. Os setores mais empobrecidos precisam ter respeitados os seus direitos de se alimentar, ter atenção à saúde, à educação, ao vestuário, à habitação, à terra, ao trabalho, ao lazer, pelo menos. Contudo, os países mais ricos e de visão “*belicista*” e armamentista, conforme assinalou **GALEANO (2003)** no Fórum Social

Mundial de Porto Alegre *"...precisam da guerra, do mesmo modo que os fabricantes de agasalhos necessitam do frio."*

Nosso contraponto emancipatório à esse modelo, segundo **SANTOS (2002)**, passa pelo combate à todas as formas arbitrárias das manifestações do poder, construindo uma Nova Democracia. No dizer de **GIL (2003)**, *"...todos esses males sociais são produtos de um determinado processo civilizatório..."*, que precisa ser contraditado por *uma "...crítica cultural de valores e das práticas que estão por trás de cada problema em tela. Isso vale para coisas tão variadas quanto o problema do lixo urbano, do transporte de massas, da sujeira nas praias, da poluição sonora, da mercantilização do ensino, do preconceito social, da discriminação racial, dos meninos de rua ou da transformação da saúde em mercadoria."*, e conclui *"...o que a crítica cultural dos ecologistas pretende, a todo momento, situa-se a partir dos momentos e movimentos de nossa realidade específica, é apontar para um outro horizonte. Para a possibilidade de um outro e novo modelo civilizatório."*

REVENDO O MODO DE VIVER

O novo processo civilizatório tem que ser construído através de um novo Contrato Social que implica em imensas mudanças nos hábitos de consumo, nas relações com o poder e nas formas de viver. É importante que sejam organizados e revistos os conceitos e princípios que devem reger as relações de cooperação entre as sociedades e delas, com os demais componentes da natureza. Pode-se considerar e reafirmar algumas das propostas do **International Forum on Globalization (IFG-2002)**, que publicou uma **SINTESES** com alternativas para a Globalização Econômica. São princípios indispensáveis para a vida da humanidade na Terra e que permitem a rearticulação nas relações locais e regionais:

- 1) **A Nova Democracia:** para a IFG a democracia floresce quando as pessoas organizam-se para proteger suas comunidades, seus direitos e ficam atentas as ações de seus representantes políticos eleitos. Ao invés de se transferir as responsabilidades governamentais para corporações globalizadas, deve ser buscado um modelo que atenda as necessidades essenciais da população e das comunidades. Em outras palavras, não é possível o fortalecimento das corporações globais com o enfraquecimento das populações locais. As comunidades locais devem ter o poder político e econômico para decidir tudo aquilo que as afetar e ao seu território. Este é o caminho para garantir a autonomia das municipalidades que também precisam estar articuladas em suas relações de interdependência com as outras localidades. Toda decisão de

assunto que diga respeito a um município, nele deve ser tomada. Quando isso não puder ser atendido, então a decisão deve ser transferida à próxima esfera de governo, regional ou nacional, em última instância, com apoio internacional. Nesse sentido, fica reafirmada no Brasil, a importância do Estatuto da Cidade e a organização de processos de construção dos orçamentos e planejamentos participativos, das realizações das Conferências das Cidades, bem como a criação e fortalecimento dos Conselhos temáticos nos municípios. Também não há como pensar a democracia das cidades, se mantidos os níveis de irregularidade e de segregação oferecidos pelos arranjos sócio-espaciais concentradores das riquezas urbanas. A medida que se ampliam os espaços de participação social no planejamento, acompanhamento da execução e das prestações de contas, se estará caminhando para a construção de uma Nova Democracia que será capaz de influir em todas as esferas e níveis de governos. Destaque-se que não pode existir democracia sem que seja respeitado o direito à cidade, lugar onde vivem os cidadãos, ou seja, a democracia nas e das cidades. Sobre este tema, sugerimos a leitura do Cuaderno de Trabajo n°109, publicação eletrônica do Programa de Gestão Urbana (PGU) das Nações Unidas (ONU) sob o Título: A Construção da Democracia em Rio Claro, São Paulo, Brasil (**ROMUALDO DIAS, 2003**).

- 2) **Desenvolvimento Sustentável:** as economias devem atender as genuínas necessidades humanas, sem comprometer as necessidades das gerações futuras, preservando a diversidade natural do Planeta para sustentar os ecossistemas e a vida sobre a Terra. Os bens naturais são patrimônios comuns e sobre eles temos direitos que são inalienáveis. Entre esses bens naturais estão a água, o ar, o solo, a fauna e a flora, dos quais temos dependência para a manutenção da vida na Terra. Não cabem as políticas que estimulam e patrocinam o desperdício dos bens sociais, entre eles os originários dos recursos naturais. Uma nova e moderna matriz energética terá que levar em conta as energias alternativas e renováveis, que são disponíveis para uso das economias e sociedades, que contudo, não têm servido aos interesses das corporações internacionais e por isso não se estimulam os seus usos e pesquisas. Torna-se indispensável que as políticas públicas valorizem e ofereçam linhas de crédito para os processos de produção alternativa, como por exemplo o setor cooperativo e associativo. Assim é que a Economia Solidária, a Economia Social se constituem importantes setores que se mostram em franco desenvolvimento, apesar do pouco estímulo que recebem das esferas governamentais. Deve ser tomada como tarefa do Estado brasileiro o apoio, a incorporação e legalização dos imensos

contingentes de trabalhadores que atualmente se situam no setor informal;

- 3) **Outros Patrimônios Comuns:** a cultura e o conhecimento são resultados da criação coletiva no mundo, através dos tempos e dos espaços, por isso pertencem à humanidade e não devem ser monopolizados. A humanidade tem acumulado conquistas básicas, como por exemplo, nas áreas da saúde, da educação, da seguridade e bem estar social, indispensáveis para a manutenção da vida, devendo ser asseguradas para todas as pessoas;
- 4) **Direitos Humanos:** proclamados em 1948 pelos governos na ONU, foram reconhecidos os direitos básicos como *"direito a uma vida digna...saúde e bem estar..., incluindo alimentação, vestuário, moradia e serviços médicos, todos os serviços sociais, o direito previdenciário em caso de desemprego."* O respeito a esses direitos deve ser acompanhado do respeito aos direitos individuais, civis, políticos que também são primordiais;
- 5) **Trabalho e Emprego que Garantam a Sobrevivência:** As sociedades sustentáveis devem proteger os direitos de seus trabalhadores formais, bem como os do setor informal e daqueles que estão desempregados. Para isso precisamos rever as políticas globalizantes que expulsam os agricultores e os povos das florestas e da terra, assim como os pescadores artesanais de seus ecossistemas costeiros e fluviais. Devem ser estimuladas as formas alternativas de organizações encontradas pelas populações locais, criativas e capazes de buscar os frutos de sua sobrevivência;
- 6) **Garantia de Alimentação e de Alimentos:** As comunidades e as nações somente poderão conseguir estabilidade e segurança quando nelas não existir a fome, quando houver condições para produzir e se abastecer dos alimentos indispensáveis. Além disso, cresce o interesse pela alimentação saudável que **não pode ser submetida** aos interesses transnacionais que disseminam os produtos químicos em forma de defensivos agrícolas e agrotóxicos em geral;
- 7) **Igualdade:** A globalização tem aprofundado as brechas e fendas das desigualdades sociais e entre as nações ricas e pobres. Essa tem sido a maior ameaça para a paz mundial fora e dentro das fronteiras das nações. A maior equidade entre os povos é indispensável para o

fortalecimento e implantação da democracia e das sociedades sustentáveis. Neste aspecto o mundo tem que discutir e rediscutir o endividamento externo dos países pobres. Para isso torna-se indispensável uma revisão dos organismos e instituições que estabelecem as regras para controle de todo o mundo, que deverão se fundamentar nos princípios da justiça social e global;

- 8) **Respeito à Diversidade:** o modelo da globalização vigente tem procurado homogeneizar as paisagens naturais e arquitetônicas, as culturas, expressas por suas vestimentas, religiosidade, idiomas, alimentos, música, o comércio, enfim, os estilos de vida e até mesmo os valores que se diferenciaram nos tempos e nos espaços estão sendo afetados pelos interesses empresariais “*globalizantes*”. Isso não é bom para o mundo. A vida é mais saudável e muito mais rica quando se expressa através das biodiversidades biológicas, sócio-culturais e espirituais;
- 9) **Respeito a Prevenção e Precaução:** quando a produção de alimentos e medicamentos, por exemplo apresenta algum tipo de incerteza científica sobre os riscos que poderá ocasionar para a saúde humana e para o meio ambiente, devem ser adotadas medidas de prevenção para restringir seu uso, até que sejam apresentadas as comprovações sobre suas consequências. Aqueles que produzem essas mercadorias devem ficar com a obrigação de comprovar tal sanidade e se responsabilizar pelas consequências adversas que porventura aconteçam.

Esses pontos assinalados pela IFG são importantes para nossa reflexão metodológica de engajamento técnico e científico, contudo, mesmo reconhecendo as limitações das negociações firmadas na Cúpula de Joanesburgo (Rio + 10), ainda assim, foi estabelecido um compromisso das Nações Unidas onde se definiram as Metas de Desenvolvimento para o Milênio. Os compromissos que precisam ser atingidos até 2015 são:

- 1) Estima-se que 1,2 bilhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia. Esse número deverá ser reduzido para, pelo menos, metade. Muitas são as possibilidades da educação colaborar com os programas de redução da pobreza, geração de renda para as populações mais empobrecidas. Especialmente, colaborando com o desenvolvimento da cidadania, oferecendo instrumentos coletivos de luta em favor da justiça social e distribuição da riqueza;

- 2) Estima-se que cerca de 113 milhões de crianças estão fora das escolas. Em Joanesburgo foi assumido o compromisso de universalizar a educação primária. Os mapas da pobreza das áreas urbanas e rurais podem colaborar com a definição das ações do programa e oferecer conteúdos curriculares. Os mapeamentos, com participação dos alunos, nas áreas do entorno das Escolas poderão colaborar com o desenvolvimento da cidadania. O Professor de história poderá contar o processo de construção da cidade, nas proximidades da Escola, e assim por diante;
- 3) Homens e mulheres precisam ser tratados com equidade, principalmente na educação, onde sabemos que dois terços (2/3) dos analfabetos do mundo são mulheres. A preparação e desenvolvimento da cidadania das mulheres excluídas é uma tarefa que cabe a elas próprias com a ajuda de todos os profissionais que possuem formação ética para essa atividade. Ao mesmo tempo podem ser oferecidos treinamentos para melhorar as condições de vida nos lugares habitados por essas populações empobrecidas. O conhecimento e o fortalecimento da solidariedade podem ser utilizados como instrumentos de emancipação;
- 4) A mortalidade perinatal e das crianças antes de completar 5 anos, atinge no mundo, números catastróficos. O esforço para a preparação do parto (acompanhamento pré-natal), a atenção com vacinação e atendimento preventivo terão que reduzir esse número em dois terços (2/3). Muitas das causas-morte das crianças são devidas às condições de insanidade no lugar e nas relações com os demais componentes da natureza. Colaborar com essas populações oferecendo apoio técnico para que elas se preparem para os embates sociais e conquista de direitos, constitui-se importante elemento de fortalecimento social, na construção de uma nova democracia;
- 5) O conceito de desenvolvimento sustentável deve estar contemplado nas políticas públicas de todos os países membros. Não há futuro para a humanidade se o presente não for construído com sustentabilidade, oferecendo todas as garantias para a vida dos nossos descendentes. Neste tópico, a educação² tem uma função indispensável, em todos os seus campos de atuação;

² Quando este texto se refere a importância da Educação está inserido o conceito de Educação Emancipatória, conforme abordagem de Boaventura de Sousa Santos (2002). Este esclarecimento se faz necessário, tendo em vista que a Educação, formal, geralmente é reprodutora do modo vigente de viver e produzir, não se constituindo em instrumento de transformação das realidades e nem objetiva uma outra racionalidade.

- 6) A meta é de universalizar o acesso a água potável, mas até 2015, o mundo deverá reduzir em 50% a escassez entre as pessoas que sofrem por essa falta. A colaboração dos técnicos e acadêmicos no mapeamento e no empenho para organização das comunidades e seus canais de reivindicação, oferecem a possibilidade de colaborar com planejamento e implantação de soluções para essa escassez. Nesse campo são importantes as contribuições plausíveis para as pesquisas e os trabalhos de educadores;
- 7) Combate efetivo às doenças infecto e contagiosas, através de vacinações e demais políticas públicas preventivas, incluindo a malária, as parasitárias e as sexualmente transmissíveis. Conhecimento das condições ambientais e dos processos para superar as dificuldades nos locais de habitação das comunidades são instrumentos de transformação;
- 8) Acesso ao crédito, revisão e redução das dívidas externas dos países que precisam de apoio e assistência nas políticas de desenvolvimento com sustentabilidade. A preparação de projetos e programas de ação das comunidades deve contar com a colaboração dos acadêmicos e educadores.

O acompanhamento pelos profissionais da Geografia verificando se os princípios e a ética das Nações Unidas e do IFG se consomem, ajudará na compreensão das realidades locais, suas articulações regionais e nacionais. Ações de pesquisadores e educadores são importantes para ajudar no processo de construção do pacto que objetiva a construção de um novo modelo de globalização. O atual modelo vigente, em seu formato atual, não tem possibilidades de atender as demandas e as Metas do Milênio. Torna-se indispensável a preparação de uma Nova Democracia com implicações ambientais, processuais, ou seja, uma Democracia sempre em construção, no dizer de SANTOS (2002) “*uma democracia sem fim*” entendida como ecosocialista.

BIBLIOGRAFIA:

- 1) DIAS, Romualdo (2003) - *A Construção da Democracia em Rio Claro, São Paulo, Brasil. Publicação Eletrônica* : WWW.pgualc.org Cuadernos de Trabajo 109; Gobernabilidad. Quito.

2) FELDMANN, Fábio (2003) - A Parte que nos Cabe: Consumo Sustentável ? - In Meio Ambiente no Século 21 . Coordenação de André Trigueiro. Sextante. Rio de Janeiro.

3) INTERNATIONAL FORUM ON GLOBALIZATION (IFG-2002) - Un Mundo Mejor es posible ! Alternativas a La Globalizacion Econômica. Comité de Redacción Presidido por JOHN CAVANAGH. San Francisco

5) GIL, Gilberto (2003) - Algumas Notas Sobre Cultura e Ambiente - In Meio Ambiente no Século 21 . Coordenação de André Trigueiro. Sextante. Rio de Janeiro.

6) SANTOS, Boaventura de Souza, organizador (2002) - Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

7) RODRIGUES, José Manoel Mateo (1998) Universidade de Havana. Havana. Cuba. Texto mimeografado.

RESUMO

Construção da Democracia Ambiental

A discussão sobre a construção de uma realidade sustentada em outra racionalidade, diferente daquela que vige, solicita a constatação de como prevalecem as atuais condições de injustiça que tornam insustentável o atual modelo sob o ponto de vista ambiental e portanto social. As propostas elaboradas em 2002 pelo International Forum on Globalization (IFG) são mostradas como instrumentos para a construção de uma outra democracia, que não se sustente nos conceitos neoliberais.

Os compromissos firmados na Cúpula de Joanesburgo (Rio + 10) consagrados pelas Nações Unidas configuram as Metas de Desenvolvimento para o Milênio que devem ser conhecidas e acompanhadas pelos profissionais da Geografia, colaborando para que se consumem, ou que sejam conhecidos os motivos do não cumprimento.

ABSTRACT

Environmental Democracy Construction

The discussion about the construction of a reality based on other rationality, different from what it is valid; requests the observation of how the conditions of social injustice prevail and how they make the current model unsustainable in terms of environment and social point of view. The proposals elaborated in 2002, by the International Forum on Globalization (IFG), are instruments to construct a kind of democracy that does not support neoliberalism concepts. The commitment assumed at the cupola meeting in Johannesburg (Rio + 10), consecrated by United Nations, configure The Millennium Development Goals that must be known and followed by the professionals of Geography, in order to be consummated or to be known. It is important to know the reasons why they have not been carried out.